

'O Averso da Pele', que debate racismo, é censurado, por reação equivocada ao conteúdo

Especialistas afirmam que a justificativa apresentada pelos governos do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Paraná para recolher das escolas públicas os exemplares do livro de Jeferson Tenório, "O Averso da Pele", é falha, fraca e escorada no racismo, repetindo procedimento de censura típico dos anos da Ditadura Militar. As secretarias de educação afirmam que a obra apresenta "expressões impróprias" para menores de 18 anos, e que, por este motivo, precisaria ser reavaliada ou retirada das bibliotecas das instituições. Entretanto, especialistas argumentam que há confusão entre o interesse privado e o público na ação desses governos estaduais, já que a obra é premiada e foi selecionada para distribuição escolar pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do MEC. A obra consta ainda na lista de livros obrigatórios do vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), considerado um dos mais concorridos de todo o país. (...) O livro, que foi publicado em 2020 e venceu o Prêmio Jabuti (o mais importante do setor), narra a história de Pedro, que teve o pai assassinado em uma abordagem policial. A obra apresenta questões raciais que vão desde o racismo estrutural à violência policial, e trata ainda da fetichização e sexualização de corpos negros.

SANTOS, Emily. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/08/o-avesso-da-pele-livro-que-debate-racismo-e-censurado-em-escolas-de-3-estados-por-reacao-equivocada-ao-conteudo-alertam-especialistas.ghtml>. Adaptado. Acesso em 26.jun.2024.

Quando soube que a própria bisneta adaptaria a obra de Monteiro Lobato, estranhei. (...) Meu estranhamento se misturava à sensação de incômodo que eu sabia exatamente de onde vinha: mexer em um texto literário, um clássico, não é algo bem-visto pela perspectiva dos estudos literários. Isso porque todo texto fala de seu tempo, do lugar onde foi escrito, das pessoas que viveram à época de sua concepção e daquelas que primeiramente o leram. Assim, ainda que os motivos de Cleo [a bisneta] para adaptar a obra de Lobato me parecessem louváveis (na época, eu achava que ela queria retirar do texto expressões hoje entendidas como racistas, mas, adiante, fui entender melhor), a iniciativa em si ainda me confundia. Porém, como pesquisadora, meu papel é buscar entender uma situação-problema por diversos prismas. Fazemos pesquisa para que nossos estudos alcancem a sociedade e possam tornar o mundo um lugar melhor e mais democrático, sobretudo quando é a universidade pública que nos impulsiona. O mesmo acontece com a literatura, que deve alcançar seus leitores, sem os quais ela nem sequer existe – um livro infantil que não alcance crianças é um livro que não tem razão de existir. Monteiro Lobato escreveu livros para as crianças e sobre as crianças. Ele não escreveu as histórias do Sítio do Pica-Pau Amarelo para pesquisadores. E, como pesquisadora, meu papel é olhar para todo esse movimento de maneira investigativa: quanto de reconhecimento e identificação, seja consigo, com seu espaço ou com seu tempo, este livro pode proporcionar aos leitores? Quanto este livro facilitará ou impedirá a relação dos leitores com o mundo? Se a balança pende para causar dor em uma criança, isso precisa ser revisto. (...) A escola é o mundo de muitas crianças e, por isso, não é aceitável que qualquer uma delas sofra em sala de aula, justamente no espaço em que ela deveria se fortalecer. Então, se a adaptação de que falamos aqui, cujo foco está em atualizar para hoje a mesma pujança que se lia na Tia Nastácia de um século atrás, essa adaptação é bem-vinda.

CHIARADIA, Kátia. Disponível em: <https://www.lobato.com.vc/2022/11/o-que-significa-adaptar-uma-obra/>. Adaptado. Acesso em 26.jun.2024.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) quebrou o silêncio e repudiou a censura imposta, em 20/06/2024, em Minas Gerais, ao livro "O Menino Marrom", de Ziraldo. Em comunicado oficial, a ABL condenou veementemente qualquer forma de censura a obras literárias, destacando um preocupante "modus operandi" no Brasil nos últimos anos. "Infelizmente, episódios dessa natureza têm se repetido em escolas brasileiras, seguindo um padrão preocupante: um livro é selecionado e aprovado pelo Ministério da Educação, é aceito pelas escolas e, posteriormente, vira alvo de censura por parte de pais ou pedagogos, que apresentam argumentos frágeis e insuficientes contra a obra literária", destacou a ABL, que também falou sobre a importância da integridade das produções culturais e dos autores brasileiros. "Este livro, publicado em 1986 por um autor premiado e respeitado tanto no Brasil quanto no exterior, é um clássico da nossa literatura infantojuvenil, lido nas escolas brasileiras há quase quatro décadas", enfatizou.

Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2024/6/26/abl-se-pronuncia-sobre-censura-do-livro-o-menino-marrom-feita-por-incentivo-de-pastor-do-pl-161153.html>. Adaptado. Acesso em 26.jun.2024.

PROPOSTA DE REDAÇÃO: Escreva uma CARTA ARGUMENTATIVA, endereçada ao Ministério da Educação, em cuja carta, a partir dos textos de apoio, você apresente e discuta o tema: Literatura brasileira – a fidelidade histórica frente à censura contemporânea. Termine a carta com sugestões para que se encerre a demanda.

O que é Carta Argumentativa?

É um gênero textual que se apropria do tipo dissertativo. Ainda há quem pense que uma dissertação argumentativa com data, vocativo e assinatura configura-se uma carta. Isso é engano. Quando se fala em carta argumentativa, espera-se que, ao longo do texto, as marcas de interlocução sejam mantidas (vocativos, pronomes) – é fundamental não esquecer que se escreve para uma pessoa/entidade pré-determinada. Por meio da carta argumentativa, pretende-se convencer o interlocutor (uma pessoa ou uma entidade) sobre o que está sendo enfrentado e pedido. É possível escrever na 1.ª pessoa do singular (quando o próprio remetente dirige-se ao destinatário) ou na 3.ª pessoa do singular (quando o remetente, em nome de uma entidade, dirige-se ao destinatário). Nas cartas formais é preciso, também, empregar os pronomes de tratamento respeitosos.

Atenção à estrutura-padrão da carta:

- . Data;
- . Vocativo, distinção do cargo do destinatário;
- . Apresentação do remetente (nos vestibulares, só as iniciais – o candidato não pode se identificar);
- . Apresentação do assunto;
- . Argumentação;
- . Pedido/intenção;
- . Despedida;
- . Assinatura (só as iniciais).